

SUMÁRIO

LIVRO 1

1. OS DADOS DA PESSOA NATURAL E A REINVENÇÃO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS. UM PROJETO PARA A CONCENTRAÇÃO DOS ATOS REGISTRAIS CIVIS COM A INSTITUIÇÃO DA MATRÍCULA DO CIDADÃO 29
Izaías Gomes Ferro Júnior
2. A RELEVÂNCIA DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19 53
Fernanda Ferrarini Gomes da Costa
3. REGISTRO DE NASCIMENTO DE FILHO DE ESTRANGEIROS NO BRASIL 89
Yuri Amorim da Cunha
4. REPRODUÇÃO ASSISTIDA NO ORDENAMENTO BRASILEIRO – ANÁLISE DA PRESUNÇÃO DE PATERNIDADE, ASPECTOS REGISTRAIS E OS REFLEXOS SUCESSÓRIOS SUPERPÓSTUMOS 109
Daniella Salvador Trigueiro Mendes | Leticia Araújo Faria
5. TRANSGÊNERO: AS MUDANÇAS INSERIDAS PELO PROVIMENTO N. 73 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA 137
Júlia Cláudia Rodrigues da Cunha Mota
6. O DIREITO AO USO DO SOBRENOME DO CONSORTE APÓS A DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE CONJUGAL – ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE BRASIL E PORTUGAL 161
Carolina Miranda Mota Ferreira

7. FAMÍLIAS E O NOVO PROCEDIMENTO DE RECONHECIMENTO DE FILHO SOCIOAFETIVO NA ESFERA EXTRAJUDICIAL 187
Vívian Pereira Lima
8. PUBLICIDADE REGISTRAL DECORRENTE DA ADOÇÃO DA PESSOA MAIOR NA ÉGIDE DO CÓDIGO CIVIL DE 1916 201
Luís Alberto Degani de Oliveira | Ana Carolina Degani de Oliveira
9. ADOÇÃO E REPERCUSSÕES REGISTRAS 221
Mariana Undiciatti Barbieri Santos | Manuela Carolina Almeida Sodré
10. A PRÁTICA REGISTRAL DA NACIONALIDADE NO LIVRO “E” 237
Mariângela Ariosi
11. BLOCKCHAIN NA ATIVIDADE CARTORÁRIA À LUZ DA LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS 267
Alfredo Luís Papassoni Fernandes | Cristiano Aparecido Quinaia
12. O REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DIANTE DAS TRANSFORMAÇÕES DIGITAIS E A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS 285
Anderson Mascarenhas Santos
13. APLICABILIDADE DOS PRINCÍPIOS DO REGISTRO DE IMÓVEIS AO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS 311
Geovana Brito de Souza Dourado
14. MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO E SEU EXERCÍCIO PELAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS 339
Sandra Maria Barcelos
15. A UNIÃO ESTÁVEL NO CONTEXTO DOS NOVOS FUNDAMENTOS DO DIREITO DE FAMÍLIA 371
Fabiane Queiroz Mathiel Dottore | Mayra Zago de Gouveia Maia Leime
16. O DIVÓRCIO UNILATERAL OU IMPOSITIVO E A ADMISSIBILIDADE DE SUA AVERBAÇÃO DIRETA NAS SERVENTIAS DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS 387
Lorena Freitas Barreto Lins | Renata Cortez Vieira Peixoto

LIVRO 2

1. O REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS COMO INSTRUMENTO DO ESTADO NA CONCRETIZAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DA CIDADANIA 421
Camila Cunha Moura Vasconcelos
2. A DIVERSIDADE NAS ENTRANHAS DO STF 433
Mariangela Ariosi
3. QUESTÕES PRÁTICAS DO RECONHECIMENTO DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA NO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS 451
Tatiana Dias da Cunha Dória
4. ASPECTOS REGISTRALIS ATINENTES ÀS TÉCNICAS DE REPRODUÇÃO ASSISTIDA À LUZ DO PROVIMENTO Nº 63, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E DA RESOLUÇÃO Nº 2168, DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA 465
Flávia Nogueira Lagemann | Alessandra Lagemann
5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL DA PATERNIDADE SOCIOAFETIVA À LUZ DE UMA INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA E CONSTITUCIONAL 491
Léia Fernanda de Souza Ritti Ricci
6. ATIVIDADE REGISTRAL: PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO DA ATIVIDADE, AVANÇOS TECNOLÓGICOS E SOCIAIS, E APLICAÇÃO DO BLOCKCHAIN 515
Katherine Scherer Clarinda
7. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: NOVOS DESAFIOS À GESTÃO PRIVADA DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS 537
Francyer Moreira Alves | Jamille Morais de Siqueira | Luciano Moreira Alves
8. A AVERBAÇÃO E A ANOTAÇÃO ATRAVÉS DOS MEIOS VIRTUAIS 567
Inês Virgínia Resende Dosea
9. ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS E SEGURANÇA JURÍDICA 585
Cristina Tonet Colodel | Anderson Marcel Colodel

- 10.** MEDIAÇÃO FAMILIAR EM CASAMENTOS COM BASE NO DIREITO COMPARADO A SER UTILIZADO PELOS CARTÓRIOS DE REGISTRO CIVIL NO BRASIL, UTILIZANDO COMO PARÂMETRO O ESTADO DE SANTA CATARINA 613
Rafaela Anita Morais Pimentel
- 11.** ATIVISMO EXTRAJUDICIAL: A IDEIA DEPOIS DE FORMADA É MAIS FÁCIL DE SER APERFEIÇOADA 637
Juliana Pecchio do Prado Simões
- 12.** A DISSOLUÇÃO MATRIMONIAL E SEUS REFLEXOS SOBRE O NOME DECORRENTE DO CASAMENTO: UMA ANÁLISE DOS ORDENAMENTOS JURÍDICOS PORTUGUÊS E BRASILEIRO 663
Carolinna Nunes de Lima
- 13.** JURISDIÇÃO PRIVADA POR OUTORGA DE DELEGAÇÃO 683
Gustavo Barcellos Farah
- 14.** DA UNIÃO ESTÁVEL E DAS CAUSAS SUSPENSIVAS DO CASAMENTO: REGIME DA SEPARAÇÃO OBRIGATÓRIA DE BENS E ANALOGIA 699
Fernando Brandão Coelho Vieira | Tiago Cação Vinhas
- 15.** A PROBLEMÁTICA DO SUB-REGISTRO DE NASCIMENTO NO ESTADO DA PARAÍBA 719
Cláudia Cristina Lima Marques
- 16.** O POTENCIAL DOS CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS NA DESJUDICIALIZAÇÃO E NAS FORMAS ADEQUADAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS, E SEUS BENEFÍCIOS PARA A SOCIEDADE 737
Daniela Araújo Marcelino
- 17.** A PUBLICIDADE NO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS 763
Josiani Valim Dimer Poli

LIVRO 3

- 1.** REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS: INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO A SERVIÇO DA CIDADANIA 783
Liane Alves Rodrigues | Edna Vera Lucia de Sousa

2. REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS: ACESSO À JUSTIÇA, CIDADANIA E CONSOLIDAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS 803
Leticia Araújo Faria
3. AS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS COMO INSTITUIÇÃO PARA O ACESSO À JUSTIÇA E A EFETIVIDADE DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE 835
Cleber Sanfelici Otero | Lucas Martins de Oliveira
4. AS IMPLICAÇÕES DA ALTERAÇÃO DO PRENOME E GÊNERO NO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA SOCIEDADE 857
Carolina Graziela Souza Mendes Roberto
5. UMA REELEITURA DO PAPEL DO DECLARANTE NO REGISTRO DE NASCIMENTO SOB O PRISMA DO PODER FAMILIAR E DA LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA 889
Ana Paula Gavioli Bittencourt
6. AS ALTERAÇÕES DO ESTADO DE FILIAÇÃO NO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS EM DECORRÊNCIA DA PARENTALIDADE 907
Silvio Augusto Pellegrini de Oliveira
7. BIODIREITO E OS REFLEXOS REGISTRAS 939
Weider Silva Pinheiro
8. PRESUNÇÃO DE PATERNIDADE NAS DIVERSAS FORMAS DE FAMÍLIAS 967
Carina Goulart da Silva | Guilherme Augusto Faccenda
9. RECONHECIMENTO DA PATERNIDADE SOCIOAFETIVA, NA ESFERA EXTRAJUDICIAL, COMO MEIO ALTERNATIVO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS 987
Raquel Silva Cunha Brunetto
10. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS: RESGUARDO AO DIREITO À PRIVACIDADE E OS REGISTROS PÚBLICOS 1003
Laura Regina Echeverria da Silva | Marcelo Mazin

11. DESJUDICIALIZAÇÃO DO PROCESSO DE ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS DO CASAMENTO – AVANÇO OU INSEGURANÇA JURÍDICA? 1025
Bruno Quintiliano Silva Vieira
12. A UNIÃO ESTÁVEL E SEUS POSSÍVEIS EFEITOS NOS REGISTROS PÚBLICOS DE PESSOAS NATURAIS 1047
Estela Luisa Carmona Teixeira | Patrícia Silva de Almeida
13. O CASAMENTO SOB O REGIME DA COMUNHÃO PARCIAL DE BENS DÍSPAR 1065
André de Carvalho Barbosa Álvares
14. MEDIAÇÃO NO ÂMBITO DO DIVÓRCIO ADMINISTRATIVO AMIGÁVEL: ANÁLISE COMPARATIVA DOS SISTEMAS JURÍDICOS PORTUGUÊS E BRASILEIRO 1081
Carolinna Nunes de Lima
15. O DIREITO AO NOME PARA O NATIMORTO: UMA ANÁLISE COM ENFOQUE NA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E NOS DIREITOS DE PERSONALIDADE 1103
Ana Carla Ferreira Marques | Lisiane Bortolin Valga Messaggi
16. MANIFESTAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NAS HABILITAÇÕES PARA CASAMENTO 1139
Alexandrina Cristina Rosa | Fabrício Ferreira Rosa
17. EUTANASIA TERAPÊUTICA – A DIGNIDADE DA PESSOA NATURAL ATÉ A MORTE, UM EXERCÍCIO DA LIBERDADE DE ESCOLHA 1157
Elisana Carneiro Crema
18. REGISTRO DE ÓBITO ELETRÔNICO 1177
Rafael Vano Canela
19. A IMPORTÂNCIA DOS OFÍCIOS DA CIDADANIA COMO INSTRUMENTO ALTERNATIVO À RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS 1193
Kátia Borges dos Santos | Fernando Peixoto Fernandes de Oliveira

LIVRO 4

1. O REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS COMO INSTRUMENTO DE EFETIVIDADE DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE 1209
Ana Paula Mendes Borges
2. TÍTULAÇÃO COMPLEXA NO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS 1235
Marcelo Gonçalves Tiziani | Francine Oliveira Quevedo
3. A EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS PARA A CONCREÇÃO DA CIDADANIA: BREVES RELATOS ACERCA DAS NOVÉIS ATRIBUIÇÕES DELEGADAS E EXPECTATIVAS ACERCA DOS OFÍCIOS DE CIDADANIA 1249
Luís Marcelo Theodoro de Lima Junior
4. RCPN – UMA ANÁLISE ACERCA DA IMPORTÂNCIA DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS À ORDEM JURÍDICA, SOCIAL E ECONÔMICA DO PAÍS, BEM COMO À CIDADANIA, AOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS E À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA ... 1287
Anderson Nogueira Guedes
5. PATERNIDADE SOCIOAFETIVA, ALTERAÇÃO DO NOME CIVIL E QUESTÕES SUCESSÓRIAS 1311
Vanessa Bitencourt
6. ALTERAÇÃO DE NOME E GÊNERO DIRETAMENTE NO REGISTRO CIVIL – A PERMISSÃO LEGISLATIVA DA AUTODETERMINAÇÃO DE IDENTIDADE DE GÊNERO PELOS TRANSGÊNEROS EM PORTUGAL E O ATIVISMO JUDICIAL NO BRASIL 1335
Viviane da Silva Felix
7. A CURATELA OU INTERDIÇÃO E A TOMADA DE DECISÃO APOIADA EXTRAJUDICIAL E SUA PRÁTICA: UMA POSSIBILIDADE DE DESJUDICIALIZAÇÃO COMO EFETIVAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO 1369
Rodrigo Reis Cyrino | Fernando B. C. Vieira

8. O DIREITO DE EXISTIR: O REGISTRO DE NASCIMENTO COMO FUNDAMENTO DA DIGNIDADE E FERRAMENTA PARA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA 1411
Airene José Amaral de Paiva | Ana Beatriz Nunes Paiva Amaral
9. TERCEIRO GÊNERO? REFLEXÕES SOBRE O REGISTRO DE NASCIMENTO DO INTERSEXUAL 1431
Monalize Réus Serafim
10. A MUTABILIDADE DO REGIME DE BENS NO DIREITO INTERTEMPORAL E OS SEUS REFLEXOS PATRIMONIAIS E PESSOAIS 1455
Francisco Araújo Fernandes
11. ASPECTOS GERAIS TRAZIDOS PELA LEI 13.811/19 E ALTERAÇÕES DO ARTIGO 1520 DO CÓDIGO CIVIL 1471
Fabiana Aparecida Canuto Filgueiras
12. A NOVA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LEI 13.709 DE 2018) E A PUBLICIDADE REGISTRAL: CONFLITOS E ACOMODAÇÕES 1483
Anna Carolina Pessoa de Aquino Andrade | Laura Cunha Elkis
13. O PROVIMENTO 83 DO CNJ, A SOCIOAFETIVIDADE E O MINISTÉRIO PÚBLICO 1529
*Gabriela Franco Maculan Assumpção | Isabela Franco Maculan Assumpção
Letícia Franco Maculan Assumpção*
14. O REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS: MODERNIZAÇÃO PARA UMA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EXCELÊNCIA AO INTERESSE PÚBLICO 1543
Mariana Sad Albuquerque e Castro
15. REFLEXOS JURÍDICOS DA REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA ENTRE CASAS HOMOAFETIVOS NO REGISTRO CIVIL 1565
Évelly Salvador Miranda

-
- 16.** A POLÍTICA PÚBLICA TERCEIRIZADA PELO CARTÓRIO (OFÍCIO DA CIDADANIA) 1579
Ricardo Santiago Teixeira
- 17.** MEDIAÇÃO NOS CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS 1597
Flávia Pereira Hill
- 18.** AS CONSEQUÊNCIAS NEGATIVAS DO PROVIMENTO N° 107 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA PARA A CENTRAL NACIONAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS, PARA OS REGISTRADORES CIVIS DE PESSOAS NATURAIS E PARA A SOCIEDADE 1619
Daniel de Oliveira Sampaio
- 19.** GESTÃO DE PESSOAS POR COMPETÊNCIAS, COMPORTAMENTOS, FORÇAS E TALENTOS NAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS 1639
Elaine Mara Trino